

## Política(s) linguística(s): o caso do mirandês, uma das línguas minorizadas em Portugal

Maria Alice Gonçalves Antunes <sup>1</sup>

Maria Alice G. Antunes é atualmente professora visitante da UFPB. Possui doutorado em Letras pela PUC-Rio (2007) e pós-doutorado em Estudos da Literatura pela UFF (2017). Entre suas principais produções bibliográficas estão Autotradução: questões sempre atuais, pontos de vista distintos (2024); Autotradução: breve histórico, razões, consequências, práticas (EdUERJ, 2019). Suas principais áreas de interesse incluem o ensino da tradução literária, a autotradução e a historiografia da tradução.



<https://orcid.org/0000-0003-2858-4637>

Data de recebimento: 24 de abril de 2025.

Data de aceite: 09 de maio de 2025.

**Como citar este artigo:** ANTUNES, M. A. G. Política(s) linguística(s): o caso do mirandês, uma das línguas minorizadas em Portugal. *Revista InterCulturas*, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. e73849, jun. 2025. DOI: 10.5281/zenodo.15580748

**RESUMO:** Neste artigo, analiso o caso de uma língua minorizada, a língua mirandesa, e das políticas linguísticas, bem como as iniciativas de intelectuais e pesquisadores, que servem à sua proteção e revitalização. No artigo, apresento um breve histórico da língua mirandesa a partir da descrição de José Leite de Vasconcelos. Destaco ainda que a existência de quatro idiomas em Portugal é uma realidade conhecida desde o final do século XIX. Em seguida, traço uma breve descrição da atual situação da língua mirandesa em Portugal. Em seguida, defino política(s) linguística(s) e apresento aquelas que vem sendo utilizadas ao longo dos anos para “regular e influenciar o uso e o *status*” (Ferreira, 2024, p. 245) do mirandês nos contextos sociais e institucionais. Enfatizo, enfim, o papel dos agentes na construção das políticas linguísticas que se destinam a revitalizar o mirandês. É relevante destacar que a Carta Europeia das Línguas Regionais e Minoritárias, embora assinada, segue aguardando a ratificação da assinatura por dirigentes portugueses.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas linguísticas. Revitalização. Mirandês.

## Language policy(ies): the case of mirandese, a minority language in Portugal

**ABSTRACT:** In this article, I analyze the case of a minority language, the Mirandese language, and the linguistic policies, as well as the initiatives of intellectuals and researchers, that serve to protect and revitalize it. In the article, I present a brief history of the Mirandese language based on José Leite de Vasconcelos' description. I point out that the existence of four languages in Portugal has been known since the end of the 19th century. Next, I give a brief description of the current situation of the Mirandese language in Portugal. Next, I define language policy(ies) and present those that have been used over the years to “regulate and influence the use and status” (Ferreira, 2024, p. 245) of Mirandese in social and

---

<sup>1</sup> Endereço eletrônico: [maria.antunes@academico.ufpb.br](mailto:maria.antunes@academico.ufpb.br)

institutional contexts. I emphasize the role of agents in the construction of language policies aimed at revitalizing Mirandese. It is important to note that the European Charter for Regional and Minority Languages, although signed, is still awaiting ratification by Portuguese leaders.

**KEYWORDS:** Language policies. Revitalization. Mirandese.

## 1 Introdução

De acordo com o Serviço de Pesquisa do Parlamento Europeu (Pasikowska-Schnass, 2016), aproximadamente metade dos cerca de seis mil idiomas falados no mundo encontra-se vulnerável ou corre o risco de desaparecer. Nos países que formam a União Europeia, de 40 a 50 milhões de pessoas falam um dos 60 idiomas regionais e minoritários, alguns dos quais em sério risco de extinção. Em auxílio à proteção desses idiomas, foram criados documentos internacionais que defendem a diversidade como a Carta Europeia das Línguas Regionais e Minoritárias (*European Charter for Regional and Minority Languages*) (Carta, doravante), elaborada pela União Europeia em 1992; a Declaração Universal de Direitos Linguísticos, promovida pelo Comitê de Traduções e Direitos Linguísticos do *PEN Clube Internacional* e pelo Centro Internacional Escarré para as Minorias Étnicas e as Nações (CIEMEN), em Barcelona em 1996. Ou seja,

há um esforço significativo por parte de órgãos e instituições políticas para a criação e desenvolvimento de diretrizes que orientam tanto a nível internacional, como nacional, a proteção das línguas e diversidade cultural no mundo, como, por exemplo, a Década Internacional das Línguas Indígenas, 2022-2032, aprovada pela UNESCO em 2019 (Figueira-Cardoso; Grzegorzcyk; Marçalo, 2025, p. 11)

Tradicionalmente, Portugal é visto como um país monolíngue. Entretanto, “é consensual entre os investigadores a crítica à persistência do mito do monolingüismo na sociedade portuguesa” (Figueira-Cardoso; Grzegorzcyk; Marçalo, 2025, p. 11). Para o processo de desconstrução do mito, parece-me importante resgatar, inicialmente, um pouco da história da cultura portuguesa e daqueles que contribuíram para construí-la. Entre esses, destaco o linguista, filólogo e etnógrafo português José Leite de Vasconcelos (1858-1941) que, entre o final do século XIX e início do XX, registrou a existência do mirandês (1882) e do barranquenho (1893).

Em 1882, Leite de Vasconcelos publicou *O Dialeto Mirandês. Contribuição para o estudo da dialectologia no domínio glotológico hispano-lusitano* (1882). Segundo o próprio autor, a obra foi escrita com base em dados coletados junto ao seu primeiro informante: Branco de Vasconcelos.

Não decorreram muitos dias que eu não estivesse em optimas relações de amizade com o feliz estudante que fallava a lingoa de Miranda, o meu querido Manoel Antonio Branco de Castro, meu Espírito Santo mirandês, por cujo intermedio pude adicionar a carta linguistica da Europa neo-latina mais um elemento. (Leite de Vasconcelos, 1900, p. 4)

Branco de Castro era estudante da Academia Politécnica do Porto, natural de Duas Igrejas, freguesia do Concelho de Miranda do Douro. Martins (2006) aponta que houve ainda outros informantes: uma “mulher mirandesa analfabeta” (Vasconcelos, 1882 *apud* Martins, 2006, p. 2) e ainda outros, anônimos, que Leite de Vasconcelos descreve na “Parte I, História Externa do Mirandês”, da obra posterior intitulada *Estudos de Filologia Mirandesa* (1900).

Já em 1900, em seu *Estudos de Filologia Mirandesa vol. I*, o filólogo aponta que

A lingoa mirandesa é puramente doméstica, por assim dizer, a lingoa do lar, do campo e do amor: com um estranho o aldeão falla logo português. [...]

Com uma espécie de modéstia os habitantes de Duas Igrejas dizem que quem falla mirandês *fala mal*, *fala charro*, e que quem fala português, *fala grabe*, ou *em grabe*. (Leite de Vasconcelos, 1900, p. 12)

Como o próprio autor explica logo em seguida, ao usar a expressão *fala charro*, o falante demonstra desprezo para a linguagem vista como menos culta (Leite de Vasconcelos, 1900, p. 13). Destaco ainda que, segundo Leite de Vasconcelos, os mirandeses percebiam-se diferentes daqueles falantes que não eram de Miranda por falarem quatro línguas: mirandês, português, galego e espanhol (Leite de Vasconcelos, 1900, p. 17). Percebem-se aqui opiniões diferentes em relação ao povo e à fala mirandesas. O povo fala uma língua vista como desprezível, mas, ao mesmo tempo, os mirandeses orgulham-

se de serem falantes multilíngues, que são falantes competentes também na fala vista como *grabe*, culta, superior de outro ponto de vista.

Em 1940, Leite de Vasconcelos concluiu outra de suas obras: *Filologia Barranquenha – apontamentos para o seu estudo*, que só foi publicado, postumamente, em 1955.<sup>2</sup> Entretanto, no prefácio à obra, Leite de Vasconcelos afirma que

É certo que na *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, impressa em Paris em 1901, consagrei umas páginas à fala de Barrancos, baseado nuns apontamentos manuscritos que me dera já não lembro quem, e, mais que tudo, em informações orais do D.<sup>o</sup> Higinio de Sousa, médico oculista, que exercia clínica em Lisboa, natural de Barrancos, ora falecido, e que sabia a linguagem popular da sua terra; mas convinha-me ouvir falar muita gente, comparar entre si certas expressões, averiguar pronúncias. E isso apenas o conseguiria indo a Barrancos eu próprio.

Proporcionou-se-me em 1938 o ensejo de satisfazer a aspiração e trazer à realidade o sonho. (Leite de Vasconcelos, 1955, p. XI-XII)

Na visita a Barrancos, Leite de Vasconcelos ouviu e anotou tudo o que conseguiu para assim conceber uma gramática para o barranquenho, como havia feito com o mirandês. Ou seja, em 1901, quase 40 anos antes da sua publicação, o filólogo já mostrava à Europa a existência de mais de uma língua em território português: o barranquenho.

Além do mirandês e do barranquenho, segundo Figueira-Cardoso, Grzegorzcyk e Marçalo, no final do século XIX, “já se falava de uma língua gestual em território português” (2025, p. 11). Figueira-Cardoso, Grzegorzcyk e Marçalo destacam a contribuição do pedagogo sueco Pär Aron Borg para o progresso da *Língua Gestual Portuguesa* (LGP) com a fundação do Instituto de Surdos-Mudos e Cegos, em 1823 (Figueira-Cardoso; Grzegorzcyk; Marçalo, 2025, p. 10). Em resumo, em Portugal, desde pelo menos o início do século XX, sabe-se da existência de quatro línguas e, hoje, há em Portugal “uma língua oficial, o português, e três línguas reconhecidas e protegidas oficialmente, a língua gestual portuguesa (LGP), o mirandês e o barranquenho” (Figueira-Cardoso, Grzegorzcyk e Marçalo, 2025, p. 12). Ou seja, as políticas internacionais

---

<sup>2</sup>Disponível em: <https://estadodebarrancos.blogspot.com/2006/11/leite-vasconcelos-o-primeiro-filologo.html> Acesso em 13 de março de 2025.

mencionadas anteriormente atingem também, de forma direta, o território português e as políticas linguísticas aí implementadas são consequência da política da União Europeia para as línguas regionais e minoritárias.

Neste artigo, restringirei minha análise ao caso da língua mirandesa e das políticas linguísticas, bem como as iniciativas de intelectuais e pesquisadores, que servem à sua proteção e revitalização. Porém, antes de dedicar-me ao tópico central deste artigo, creio que seja interessante traçar uma breve descrição da situação atual da língua mirandesa em Portugal. Assim, o artigo está organizado em quatro partes. Segue-se a esta introdução a seção em que apresento a situação atual da língua mirandesa. Em seguida, defino políticas linguísticas e apresento aquelas que vêm sendo utilizadas ao longo dos anos para “regular e influenciar o uso e o *status*” (Ferreira, 2024, p. 245) do mirandês nos contextos sociais e institucionais. Em seguida, apresento minhas considerações finais, tecidas a partir da análise exibida nas seções anteriores.

## 2 O caso das políticas linguísticas para a língua mirandesa: teoria e discussão

### 2.1 A língua mirandesa: situação atual

A língua mirandesa é uma língua românica, “da família asturo-leonesa” (Cameirão, 2024). Falada na região norte de Portugal – nos municípios de Miranda do Douro e Vimioso, localizados na Terra Fria Transmontana – “o idioma vive numa situação de diglossia ampla, a língua dominante, o português, é utilizada nas situações mais formais e o mirandês, nas situações informais” (Bautista, 2015, p. 40), como José Leite de Vasconcelos já apontava em suas obras. O mirandês tem três variedades principais: o *mirandês raiano*, o *mirandês central* e o *sendinês*, cada um com sua fala característica. Segundo Helena Barril, atual presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro (doravante Câmara Municipal), há hoje cerca de 2.500 falantes de mirandês<sup>3</sup>, todos eles bilíngues pois também falam português. Para Alfredo Cameirão, professor, tradutor e

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://terrademirandanoticias.pt/lingua-estrutura-de-missao-para-o-mirandes/> Acesso em 17 de março de 2025.

presidente da Associação de Língua e Cultura Mirandesa (ALCM doravante), o bilinguismo, nesse caso não é uma vantagem e, “do ponto de vista pragmático, o mirandês tem muito pouca utilidade, porque efetivamente é redundante. Todavia, do ponto de vista cultural, tem um valor único e insubstituível.”<sup>4</sup> Entretanto, como veremos adiante, estando o número de falantes de mirandês em queda, o número de falantes bilíngues segue a mesma direção.

Para muitos, o mirandês pode estar perto da extinção. De acordo com Xosé-Henrique Costas, professor da Universidade de Vigo e coordenador de um estudo sociolinguístico sobre a situação do mirandês na década de 2020, os fatores que hoje mais ameaçam o mirandês são

a melhora das comunicações; os movimentos migratórios [...]; o desaparecimento vagaroso, mas contínuo, da atividade agrícola e da criação de gado com a concentração da população nas vilas e cidades e a forte atividade comercial transfronteiriça na capital do conselho; e a escolarização maciça e obrigatória da população sobretudo desde a metade do século XX foram fatores que jogaram contra o mirandês. Somando-se a isso tudo, o fator que neste momento mais ameaça o mirandês é o despovoamento, é a falta de oportunidades de trabalho e de vida para os jovens e a sua emigração a outros territórios. (Costas, 2022, p. 15)<sup>5</sup>

Após a análise de um questionário aplicado em toda a região da Terra de Miranda no âmbito do mesmo estudo, as conclusões que se destacam são: a queda no número de falantes bilíngues; a queda no número de falantes que usam o mirandês, especialmente aqueles com mais de 60 anos; e o aumento do uso do português. O estudo demonstra também que o mirandês praticamente não é utilizado em ambientes oficiais, como na administração pública, nos tribunais ou em consultas médicas. Assim, se uma pessoa

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://ipol.org.br/lingua-mirandesa-o-futuro-do-mirandes-esta-numa-carta-esquecida-numa-gaveta/> Acesso em 17 de março de 2025.

<sup>5</sup> Minha tradução do original em mirandês: “la melhora de las quemunicações; ls mobimientos migratórios [...] la bagarosa mas seguida zapariçon de las atebidades agrícolas i de criaçon de ganado cun la cuncentraçon de la populaçon an bilas i cidades i la fuorte atebidade comercial transfrunteiriça de la capital de l cunceilho; i la scolarizaçon maciça i oubrigatória de la populaçon, suobretudo zde meio de l séclo XX, fúrun fatores que jogórun acontra l mirandés.”

idosa precisa ir ao médico, por exemplo, ela precisará contar com a boa vontade do profissional de saúde ou com o auxílio de um familiar (Costas, 2022, p. 67 – p. 72). Imprensa, rádio, televisão, escola e administração pública só usam o português e, além disso, existe uma identificação do mirandês com a ruralidade, a pobreza e a ignorância (Costas, 2022, p. 96). Até há bem pouco tempo ainda podiam-se escutar referências ao mirandês como uma *língua charra*, uma língua sem prestígio. Costas destaca que “a este ritmo de perda de falantes, e dado que a maior parte dos falantes tem mais de 60 anos, na década de 2050-2060, o mirandês poderá não existir como língua viva” (Costas, 2022, p. 35).

As descobertas do pesquisador da Universidade de Vigo ratificam os dados do Serviço de Pesquisa do Parlamento Europeu que mostram que “um pouco menos de 30% dos idiomas do mundo correm o risco de desaparecer, principalmente devido ao número cada vez menor de falantes ou ao envelhecimento da população” (Pasikowska-Schnass, 2016). Em 2021, a língua mirandesa foi incluída no *World Atlas of Languages 2021*, “como prestes a ser extinta nas próximas décadas” (Ferreira, 2024, p. 244). Em uma escala de ameaça de extinção, que vai de *vulnerável* até *extinta*, o mirandês se localiza na posição “em risco de extinção”, segundo o documento do Serviço de Pesquisa, já que o uso familiar do mirandês vai diminuindo, em especial, seu uso entre irmãos e entre pais e filhos. Como mostram os resultados do estudo de Costas, “dois entre cada três mirandeses não falam mirandês com os filhos” (Costas, 2022, p. 59). Ou seja, cai cada vez mais a transmissão familiar do mirandês bem como sua transmissão intergeracional, e o uso do português predomina (Costas, 2022, p. 60).

Para contrariar a conclusão do estudo quanto ao futuro do mirandês, são necessárias políticas linguísticas robustas. E Costas afirma que, “se a escola ajuda, e as autoridades políticas querem, a língua renasce” (Costas, 2022, p. 142). Vejamos então o que tem sido feito na tentativa de revitalizar a língua mirandesa. Tais tentativas estão organizadas em ordem cronológica.

## 2.2 As políticas linguísticas e a revitalização do mirandês

Em artigo intitulado “Política linguística: do que é que se trata, afinal?”, entre as várias manifestações a respeito do tema, Rajagopalan apresenta a política linguística como a

arte de conduzir as reflexões em torno de línguas específicas, com o intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativo à(s) língua(s) que importam para o povo de uma nação, de um estado ou ainda, instâncias transnacionais maiores. (Rajagopalan, 2013, p. 21)

Com base no estudo sobre a língua mirandesa e outras línguas europeias, em particular, julgo que deveríamos acrescentar à definição de Rajagopalan, o caso da(s) língua(s) minorizada(s), que pode(m) ser

qualquer língua que, dividindo o espaço geográfico com outra ou outras, tem alguns de seus usos restringidos. Portanto, a minorização (termo usado em profusão na literatura sociolinguística hispânica sobre a situação do catalão, galego, valenciano etc) não depende do número de falantes, mas do status de que goza a língua. (Ponso, 2017, p. 193-194)

Complemento que, no caso da língua mirandesa, hoje a língua deixa progressivamente de ser usada à medida que a região transmontana vai sendo despovoada por questões de ordem social, política e econômica. Os habitantes mais jovens saem em busca de melhores oportunidades de educação e de trabalho em centros urbanos maiores, dentro ou fora de Portugal. É uma questão econômica, que se une à política, que privilegia os grandes centros urbanos e marginaliza as áreas rurais portuguesas. Os empreendedores rurais transmontanos em especial, por sua vez, tentam trabalhar contra a corrente, organizando feiras e encontros nos quais compartilham ideias e produtos que possam despertar nos mais jovens o desejo de permanecer no meio rural do norte de Portugal.

Outros aspectos relevantes são abordados por Rajagopalan. Para o pesquisador, a política linguística é uma atividade *política* (e não linguística, embora os linguistas possam colaborar no processo de elaboração de políticas de revitalização linguística, por

exemplo) e, como tal, ela é uma atividade da qual *todo* cidadão pode e deve participar. Para Rajagopalan, nenhuma condição, seja ela de gênero, etnia ou idade, deve excluir um cidadão da discussão política.

Além da política, Rajagopalan aborda a importante questão do agente. Para o linguista, o agente “é um sujeito que conseguiu furar o cerco da estrutura que o esmagava e tolhia sua autonomia, desejo e direito de agir conforme seu próprio livre arbítrio. E teve relativo êxito nesse esforço” (Rajagopalan, 2013, p. 35). Há, na história da humanidade, muitos agentes que permaneceram anônimos e esquecidos. A história da tradução é um bom exemplo desse fato. Há uma preocupação recente em recuperar ou reanalisar todo tipo de documento histórico que possa aludir à história da Tradução e da Interpretação, enfatizando, dessa forma, momentos históricos das nações em que os agentes – tradutores e intérpretes – foram essenciais para os fatos e acontecimentos históricos mundiais e locais. Revendo-se a história recente do processo de revitalização da língua mirandesa, por outro lado, pode-se verificar a ação significativa de agentes marcantes, professores, escritores e tradutores (não profissionais), como veremos adiante.

A política linguística abrange não apenas esses agentes e as diversas ações concretas implementadas nos mais diferentes contextos, mas também o planejamento dessas ações. Ou seja, a política linguística abrange as políticas linguísticas e o planejamento linguístico. Ressalto que, longe de procurarem descrever os fatos linguísticos, as políticas linguísticas visam *intervir*, “regular e influenciar o uso e o status das línguas em diversos contextos sociais e institucionais” (Ferreira, 2024, p. 245). Longe de descrever, políticas linguísticas prescrevem ações. Entretanto, nem sempre se pode garantir a execução dessas ações. Em especial, implementar ações requer não só agentes, os recursos humanos, como também recursos financeiros, que nem sempre estão disponíveis, como veremos adiante no caso da língua mirandesa.

Entre as políticas linguísticas está a *revitalização*. Embora termos como *manutenção*, *retomada* e *sustentação linguística* tenham sido utilizados na discussão acerca de práticas que visam apoiar o uso de línguas ameaçadas de extinção ou

minorizadas, com sentidos ligeiramente distintos, neste artigo utilizo o termo *revitalização* para definir “a área de ação e estudo que visa manter, revitalizar, apoiar ou retomar línguas ameaçadas, adormecidas e/ou minorizadas” (Amaral, 2020, p. 5). Considero o objetivo principal da política de revitalização manter a língua em uso. Via de regra, o processo de revitalização linguística inclui etapas, tais como: a avaliação das condições de uso da língua e o planejamento linguístico, organização dos recursos (humanos e financeiros) existentes, a documentação da língua, a promoção de sua utilização nos diversos contextos, a preparação dos programas necessários para formação das pessoas envolvidas no processo de revitalização, criação de materiais pedagógicos (Amaral, 2020; Campos, 2023; Ferreira, 2024). São etapas que nem sempre se podem reconhecer como pré-planejadas no processo de revitalização de uma língua. Em especial, a falta de recursos tende a dificultar o planejamento. No caso da língua mirandesa, embora tenham-se proposto verbas de 100.000 euros e de 200.000 euros<sup>6</sup> no Orçamento de Estado para 2023 e 2024, respectivamente, essas verbas não foram executadas. Em 2025, foi criada uma estrutura de missão para defender a língua, com proposta de recursos agora de 500.000 euros, como veremos adiante. Podem-se identificar ações, quase simultâneas por vezes, que visam à revitalização do mirandês. Entretanto, é difícil distingui-las como etapas de um planejamento anterior.

O primeiro passo no processo de revitalização deu-se na Escola Preparatória de Miranda do Douro, por iniciativa do professor Domingos Raposo, em 1985/1986 (Ferreira, 2005; Bautista e Moutinho, 2019): o ensino da língua mirandesa como língua opcional. Nos primeiros anos, apenas crianças foram contempladas e a disciplina foi oferecida aos alunos da pré-escola após o horário escolar. Foi somente a partir da lei 7/99, que abordarei adiante, “que o ensino da língua se estende a outros graus de escolaridade, abrangendo alunos da pré-primária ao 12º ano” (Bautista e Moutinho, 2019, p. 30), sempre como disciplina opcional. Destaco o primeiro e um dos principais

---

<sup>6</sup> Disponível em: [https://7montes.pt/mirandes-e-lingua-oficial-ha-26-mas-ha-cada-vez-menos-falantes/?doing\\_wp\\_cron=1744119383.1973979473114013671875#:~:text=An%C3%ADbal%20Fernandes%20informa%2C%20ainda%2C%20que,%E2%80%9Co%20futuro%20da%20l%C3%ADngua%E2%80%9D.](https://7montes.pt/mirandes-e-lingua-oficial-ha-26-mas-ha-cada-vez-menos-falantes/?doing_wp_cron=1744119383.1973979473114013671875#:~:text=An%C3%ADbal%20Fernandes%20informa%2C%20ainda%2C%20que,%E2%80%9Co%20futuro%20da%20l%C3%ADngua%E2%80%9D.) Acesso em 8 de abril de 2025.

agentes, o professor Domingos Raposo, e o papel que a escola assume na liderança do processo de revitalização do mirandês. Esse papel cresce, mas um número oficial de alunos que se matricularam na disciplina não está disponível. Sobre o tema, em entrevista publicada em 2 de fevereiro de 2025, Alfredo Cameirão destaca que “80% dos alunos escolhem ter a disciplina, [...] sem vantagens para o currículo e sem materiais didáticos próprios”<sup>7</sup>. O fato demonstra não só a resposta positiva da população jovem de Miranda do Douro ao ensino do mirandês, mas também o esforço dos mais jovens (e das respectivas famílias) na tentativa de revitalização de seu vínculo com a terra de Miranda.

Entretanto, ainda há questões a serem enfrentadas. O primeiro manual de apoio pedagógico ao ensino do mirandês só foi lançado em 2008<sup>8</sup>, e, em 2018, Domingos Raposo aponta que “ainda há muita coisa por fazer ao nível do ensino, como elaboração de manuais escolares, e faltam verbas para a criação de instrumentos didáticos e pedagógicos para lecionar o mirandês”<sup>9</sup>. Além disso, entre 1985 e 2017, pelo menos, não houve formação de professores de língua mirandesa<sup>10</sup>. Em 2018, um protocolo de cooperação entre instituições acadêmicas, Governo e autarquia (Miranda do Douro) foi assinado e o protocolo foi visto como determinante para o avanço no tema. Como produto desse protocolo de cooperação, destaco a segunda edição do curso “Mirandês: Linguística e Didática”, em setembro de 2024, que é oferecido pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e dirigido a interessados na Língua Mirandesa com formação acadêmica superior.

Em 1995, um dos passos mais importantes foi dado: a publicação da *Proposta de convenção ortográfica mirandesa* (*Proposta* doravante). Uma língua oral, o mirandês não possuía uma forma escrita única e padronizada, considerada essencial por muitos

---

<sup>7</sup> Disponível em <https://comunidadeculturaearte.com/entrevista-alfredo-cameirao-e-necessaria-a-criacao-de-um-organismo-para-salvaguardar-a-preservacao-da-lingua-mirandesa/>. Acesso em 31 de março de 2025.

<sup>8</sup> Disponível em <https://www.ipn.up.pt/2008/02/22/mirandes-ganha-primeiro-manual/>. Acesso em 31 de março de 2025.

<sup>9</sup> Disponível em <http://ipol.org.br/ensino-do-mirandes-consolidado-nas-escolas-de-miranda-do-douro/>. Acesso em 31 de março de 2025.

<sup>10</sup> Disponível em <https://rr.pt/noticia/pais/2017/10/03/l-mirandes-fai-se-caminhando-professores-de-mirandes-vaio-ver-competencias-reconhecidas/94811/>. Acesso em 31 de março de 2025.

mirandeses para a sobrevivência do idioma. Manuela Barros e Domingos Raposo coordenaram uma equipe composta por quatro linguistas<sup>11</sup>, cinco falantes de mirandês<sup>12</sup>, e um representante da Câmara de Miranda<sup>13</sup>. A presença de linguistas estranhos à Miranda justifica-se pelo fato de que não havia, nos anos 1980, linguistas em Miranda do Douro. Nessa década, iniciaram-se as tentativas de “estabelecer as regras básicas de uma escrita que fosse aceitável para a maioria dos intervenientes no processo” (Ferreira, 2005, p. 14) de criação da convenção ortográfica. Assim, os membros da equipe de origem mirandesa eram um escritor licenciado em Letras, dois historiadores, um professor de mirandês (Domingos Raposo), um sacerdote (Moisés Pires, autor de um dicionário e de uma gramática de língua mirandesa), um professor do ensino básico, e um estudioso do teatro. Os falantes, nascidos em cidades diferentes da região de Miranda, tinham pronúncias diferentes do mirandês, fato que é visto como vantajoso por Manuela Barros. A linguista coordenadora da equipe descreve a construção da *Proposta* como um “empreendimento difícil” (Ferreira, 2005, p. 14), mas que resultou em “uma aprendizagem mútua extremamente enriquecedora” (p. 14).

Publicados 500 exemplares pela Câmara Municipal de Miranda do Douro, a *Proposta* foi distribuída localmente e enviada a vários linguistas portugueses e estrangeiros para que pudessem criticá-la e auxiliar a melhoria da mesma. O número de respostas foi pequeno (Ferreira, 2007, p. 15), mas, em 1997, com acréscimos e correções, uma nova edição da *Proposta* estava pronta para publicação. Contudo, o representante da Câmara e membro da equipe, Júlio Meirinhos, tornou-se deputado no Parlamento português e desencadeou o processo de oficialização da língua mirandesa, fato que atrasou a publicação da primeira versão da *Proposta*. Em 1999, foi aprovada a Lei do Mirandês, Lei nº 7/99, cujos artigos, do 1º ao 5º, são aqui destacados:

O presente diploma visa reconhecer e promover a língua mirandesa.

---

<sup>11</sup> Manuela Barros Ferreira, Cristina Martins, Ivo Castro e Rita Marquilhas.

<sup>12</sup> António Bárbolo Alves, António Maria Mourinho, Marcolino Fernandes, Moisés Pires, Valdemar Gonçalves.

<sup>13</sup> José Augusto Raposo.

O Estado Português reconhece o direito a cultivar e promover a língua mirandesa, enquanto património cultural, instrumento de comunicação e de reforço de identidade da terra de Miranda;  
É reconhecido o direito da criança à aprendizagem do mirandês, nos termos a regulamentar;  
As instituições públicas localizadas ou sediadas no concelho de Miranda do Douro poderão emitir os seus documentos acompanhados de uma versão em língua mirandesa;  
É reconhecido o direito a apoio científico e educativo, tendo em vista a formação de professores de língua e cultura mirandesas, nos termos a regulamentar.<sup>14</sup>

Deu-se, simultaneamente, a publicação da *Convenção Ortográfica Mirandesa* (*Convenção* doravante). A *Primeira Adenda à Convenção* foi aprovada em 2000 e uma *Segunda Adenda* encontra-se em discussão.

A *Convenção* e as *Adendas* permitiram a harmonização da escrita da língua mirandesa. Hoje, a maioria dos escritores segue as regras da *Convenção*, que foi também adotada no ensino do mirandês nas escolas. Amadeu Ferreira destaca, no entanto, que

A discussão e investigação em torno da escrita da língua mirandesa ainda não se pode considerar concluída, nomeadamente porque a *Convenção Ortográfica* e as suas *Adendas* não abarcam todos os aspectos relativos à escrita da língua. A edição de manuais de ensino, de uma moderna e desenvolvida gramática do mirandês (já existe uma gramática publicada em 1900 por José Leite de Vasconcelos) e de um grande dicionário de língua mirandesa, são também materiais essenciais nesse percurso de normatização da língua. (Ferreira, 2010)

Em suma, a lei 7/99 reconhece oficialmente os direitos linguísticos da comunidade de língua mirandesa e teve efeitos significativos sobre a população. Entre eles está o gradual desaparecimento da visão do mirandês como “*fala charra, fala caçurra*, objeto de chacota” (Ferreira, 2006). Segundo Ferreira (2006), essa visão teve sua origem no isolamento das línguas asturo-leonesas dos grandes movimentos culturais dos séculos XV-XVI, “como o humanismo e o renascimento, que permitiram o enorme salto dado pelas línguas de poder ditas nacionais como o português e o castelhano” (Ferreira, 2006). Nesse período, implantaram-se as línguas vistas como nacionais, que se tornaram

---

<sup>14</sup> Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/7-1999-182838> Acesso em 4 de abril de 2025.

também as línguas das instituições em geral. A lei 7/99 permitiu o salto agora na direção da renovação do orgulho de uma fala e escrita próprias e da identidade mirandesa. Parece essencial destacar o ano de 1999 como um ano paradigmático, que marca também a publicação da *Convenção*, que reúne em um só código as variedades do mirandês, e registra o reconhecimento do mirandês como língua oficial de Portugal. Como escreve Cristina Martins, em 1999, “os mirandeses redescobriram a língua que, entretanto, já tinham deixado de falar, no quotidiano, com as suas crianças, quebrando o multissecular ciclo de transmissão geracional do idioma oral” (Martins, 2006, p. 13).

É no século XXI, a partir da publicação da *Convenção*, que o sistema literário (escrito) mirandês se abastece de obras traduzidas; em especial, obras clássicas e consagradas, conhecidas mundialmente. Entre os tradutores, destaca-se o nome de Amadeu Ferreira que, como já mostrei anteriormente (Antunes, 2024), não só traduziu, como também escreveu poesia e prosa em mirandês, e poesia em sendinês, organizou antologias da literatura transmontana e mirandesa, editou coletâneas de autores mirandeses, e autotraduziu dois romances de sua autoria, o primeiro intitulado *La Bouba de la Tenerie* (Niebro, 2011)/ *Tempo de Fogo* (Ferreira, 2011) e o último livro de sua autoria, uma obra bilíngue intitulada *Belheç / Velhice* (Ferreira, 2015). Em artigo publicado pelo Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), chama-se a atenção para a importância da publicação da lei e da *Convenção*, simultaneamente, já que “nos cinco anos iniciais, houve mais obras publicadas em mirandês do que nos anteriores 50 anos”<sup>15</sup>.

Em artigo intitulado “Capital tradutológico e defesa da língua mirandesa” (Martins e Rodrigues, 2016), Martins e Rodrigues destacam, além de Amadeu Ferreira (já falecido), tradutores ativos que atuam na revitalização da língua mirandesa através da tradução como meio de acumulação de capital literário (Casanova, 2002). Dez tradutores atuantes no par português-mirandês, que responderam ao questionário formulado pelos pesquisadores, são “Alcides Meirinhos (1961), Alfredo Cameirão (1968), Ana Afonso

---

<sup>15</sup> Disponível em <http://ipol.org.br/lingua-mirandesa-o-futuro-do-mirandes-esta-numa-carta-esquecida-uma-gaveta/> Acesso em 10 de abril de 2025.

(1977), Anabela Almeida (n.d.), António Bárbolo Alves (1964), Carlos Ferreira (1961), Domingos Raposo (1952), Duarte Martins (n.d.), José Pedro Ferreira (1980) e Thibault Ferreira (1994)” (Martins e Rodrigues, 2016, p. 207). Destaco, contudo, que não temos aqui tradutores profissionais. São professores, pesquisadores, escritores, geógrafos, homens de negócios, que também traduzem, e têm em comum o fato de serem agentes ativos no processo de revitalização da língua mirandesa. Poderia-se dizer que todo falante de mirandês, que conhece a escrita mirandesa e as normas da *Convenção*, é um tradutor em potencial. À guisa de exemplo, cito a edição bilíngue, *L Pobre Ancantado / O Pobre Encantado* (2012), de autoria de Domingos Raposo, professor e coordenador, ao lado de Manuela Barros Ferreira, da comissão que elaborou a *Convenção*.

Em 7 de setembro de 2021, mais um importante passo para a salvaguarda do mirandês foi dado. O então ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal assinou a Carta. Entretanto, um fator determinante para que a Carta entre em vigor é sua ratificação, que não se realizou até o momento atual, mas é esperada para breve. A ratificação permitirá “por exemplo, reforçar e dignificar a presença da língua na escola ou até mesmo o Estado Central a garantir que um mirandês que queira ser ouvido em tribunal em língua mirandesa tenha um tradutor para o fazer”<sup>16</sup>.

Em 2024, aquele que talvez devesse ter sido o primeiro passo foi dado: a criação de um Grupo de Trabalho para a Promoção da Língua Mirandesa (GT doravante). O GT foi criado através do Despacho nº 1294/2024 de 2 de fevereiro de 2024 pelos Gabinetes dos Ministros dos Ministros da Cultura e da Educação e do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. O Despacho inclui

a autarquia de Miranda do Douro, a Associação de la Lhéngua i Cultura Mirandesa e as escolas com ensino de mirandês no processo de definição das estratégias de proteção e promoção da língua mirandesa, o Governo decidiu criar um grupo de trabalho com a missão de definir uma estratégia de proteção e promoção da língua mirandesa, bem

---

<sup>16</sup> Disponível em <http://ipol.org.br/lingua-mirandesa-o-futuro-do-mirandes-esta-numa-carta-esquecida-numa-gaveta/>. Acesso em 10 de abril de 2025.

como um plano de implementação de uma unidade orgânica própria para a implementação e operacionalização dessa estratégia.<sup>17</sup>

Em seguida à publicação do Despacho, foi criada a Estrutura de Missão para a Promoção da Língua Mirandesa (EMPLM doravante) através da Resolução do Conselho de Ministros nº 66/2025 (Resolução doravante). À EMPLM compete, entre outras responsabilidades:

Criar e coordenar uma Bolsa de Professores de Língua Mirandesa, promovendo a sua habilitação e certificação em articulação com as instituições de ensino superior e centros de formação de docentes;  
Criar um sistema de certificação de competências linguísticas em mirandês, assegurando a sua homologação pelo Ministério da Educação e o seu reconhecimento oficial;  
Dinamizar ações de sensibilização e valorização da língua mirandesa, promovendo o seu uso em contextos institucionais, culturais e económicos;  
Implementar projetos-piloto de aprendizagem do mirandês para adultos e população em geral, em parceria com universidades e instituições de ensino não formal;  
Coordenar e apoiar iniciativas de investigação e inovação relacionadas com a língua e cultura mirandesas, em cooperação com centros académicos e científicos;  
Criar e promover uma exposição itinerante sobre a história, cultura e língua mirandesas, garantindo a sua circulação pelo País; [...] <sup>18</sup>

Embora, na prática, a maioria das ações que a Resolução propõe estivessem em andamento, ela enfatiza as áreas e os aspectos citados acima, que aqueles que atuam pela revitalização da língua mirandesa ainda, a meu ver, precisam ampliar. Entre eles estão, além daquelas já mencionadas neste artigo, o uso do mirandês em contextos institucionais, lado a lado à língua portuguesa, e a parceria com universidades, centros académicos e científicos e instituições de ensino superior. Até aqui, pode-se ver a participação da Universidade de Lisboa e da Universidade de Coimbra, além do Instituto Politécnico de Bragança e da Universidade de Trás os Montes e Alto Douro. Entretanto, despontam poucos pesquisadores e projetos no âmbito de departamentos dentro de

---

<sup>17</sup> Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/1294-2024-839926169> Acesso em 10 de abril de 2025.

<sup>18</sup> A Resolução 66/2025 está disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/66-2025-911349175> Acesso em 14 de abril de 2025.

cada uma dessas universidades. O fortalecimento da parceria contribui para aprofundar e aumentar o número e a circulação de produções acadêmicas que tematizam a língua mirandesa em si, e dos estudos sobre a aquisição e a aprendizagem do mirandês, entre outros temas. A Resolução também viabiliza a oferta de bolsas aos professores e, com isso, a ampliação no número de profissionais envolvidos não só no ensino do mirandês, mas também na própria formação acadêmico-profissional, que permitirá, inclusive o crescimento acadêmico.

### **Considerações finais**

Neste artigo, apresentei, em primeiro lugar, a situação da língua mirandesa, uma das línguas minoritárias que existem atualmente em Portugal. Minha apresentação teve por objetivo contribuir para a desconstrução do mito do monolingüismo em Portugal, já que, desde o final do século XIX, José Leite de Vasconcelos apontava para a existência do mirandês e do barranquenho em terras portuguesas. Também no final do século XIX, a língua gestual já era utilizada. Parece-me que o mito do monolingüismo alimenta um certo desejo de manutenção do imperialismo linguístico, da visão da língua portuguesa como uma grande navegadora que se espalhou pelos países colonizados de outrora. Parece-me ainda que não será tarefa fácil desconstruir tal mito.

Em seguida, ao definir política linguística e políticas linguísticas, chamei a atenção para os agentes e sua imprescindível participação no processo de revitalização de uma língua em extinção, como o mirandês. Ao longo do artigo, podem ser vistos os nomes dos agentes mirandeses atuantes e parece claro que os nomes se repetem. Amadeu Ferreira, Domingos Raposo, Alfredo Cameirão, António Bárbolo Alves e outros que, embora não se repitam neste artigo, reaparecem inúmeras vezes nas páginas de artigos jornalísticos disponíveis *online*, e de artigos acadêmicos produzidos ao longo da vida acadêmica que construíram com muita disciplina.

Finalmente, mostrei as políticas linguísticas que, ao longo dos anos, foram estabelecidas no processo de revitalização do mirandês. Nesse processo, chama a

atenção o papel da escola, vista pelos agentes mirandeses como crucial para o reforço, a criação e a manutenção do vínculo da geração mais jovem com a cultura mirandesa. Além disso, a escola contribui para o aumento do número de falantes de mirandês. Entretanto, o uso do mirandês no contexto familiar tem papel relevante na manutenção da língua e na sua revitalização. Os meios de comunicação teriam muito a contribuir nesse processo. Há muito pouco de mirandês na TV portuguesa, por exemplo.

Mostrei também como a tradução exerce uma função relevante para a acumulação de capital literário a partir da publicação da Convenção (1999). É importante destacar que o uso do mirandês em contextos institucionais, culturais e econômicos, lado a lado à língua portuguesa, demandará o trabalho de tradutores(as) e sua formação é uma necessidade imediata, porém aparentemente negligenciada até aqui. A visão da tradução como uma habilidade inerente ao agente bilíngue atrapalha, a meu ver, o início do processo de formação de tradutores profissionais.

Esperamos agora, com o estabelecimento da estrutura de missão, em final de 2024, vermos ações que possam proporcionar o crescimento da transmissão intergeracional, o uso do mirandês em contextos institucionais, culturais e econômicos e a ratificação da Carta Europeia das Línguas Regionais e Minoritárias. A meu ver, a falta de recursos financeiros pode ter sido a principal justificativa para que as políticas robustas que já existiam não tenham sido implementadas de forma integral.

## Referências

AMARAL, Luiz. Estratégias para a revitalização de línguas ameaçadas e a realidade brasileira. *Cadernos de Linguística*, v. 1, n. 3, p. 01-44, 2020.

ANTUNES, Maria Alice G. Micro-historiografia da autotradução na literatura em língua mirandesa: o caso de Amadeu Ferreira. In: KILIAN, C. et al. *Do Sul para o Mundo: pensando a tradução no contexto pós-pandemia*. Seleção de comunicações apresentadas no ENTRAD 2022. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2024, p. 45-60.

BAUTISTA, Alberto Gómez. A formação de palavras em mirandês e a obsolescência linguística. *Lletres Asturianas*, n. 112, p. 39-52, 2015.



BAUTISTA, A. G.; MOUTINHO, L. C. Aspectos da Geoprosódia no Planalto Mirandês. *Revista Intercâmbio*, São Paulo: LAEL/PUCSP, v. XXXIX, p. 30-42, 2019.

CAMPOS, Carlo Sandro. Revitalização e retomada de línguas: consequências e desafios. *PERcursos Linguísticos*. Vitória (ES), v. 13, n. 33, 2023.

CASANOVA, Pascale. Consécration et accumulation de capital littéraire. La traduction comme échange inégal. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 144, p. 7-20, 2002. <https://doi.org/10.3406/arss.2002.2804>

COSTAS, Xosé Henrique. *Persente i feturo de la lhéngua mirandesa*. Estudo de ls usos, atitudes i cumpetências lhenguísticas de la populaçon mirandesa. Vigo: Universidade de Vigo, 2022.

FERREIRA, Amadeu. A língua mirandesa. Respostas para algumas perguntas. Workshop de Língua Mirandesa. *Festival Intercéltico de Sendim*, ago/2006.

FERREIRA, Amadeu. Amadeu Ferreira responde. *Revista do Festival Intercéltico*, Sendim, 2010.

FERREIRA, Amadeu. (Fracisco Niebro). *La boubá de la tenerie*. Lisboa: Âncora Editora, 2011.

FERREIRA, Amadeu. *Tempo de fogo*. Lisboa: Âncora Editora, 2011.

FERREIRA, Amadeu. *Velhice / Belheç*. Lisboa: Âncora Editora, 2015.

FERREIRA, José Genival Bezerra. Políticas linguísticas e revitalização: o caso da língua mirandesa em contato com o português. *Revista Tabuleiro de Letras*, v. 18, n. 2, p. 243-255, jul./dez. 2024.

FERREIRA, Manuela Barros. A formação da escrita mirandesa. *Alazet*, n. 16, p. 11-26, 2005.

FERREIRA, Manuela Barros. Resposta a uma recensão crítica da Convenção da Língua Mirandesa. *Revista De Filoloxía Asturiana*, n.3, p. 3-4, 2012.

FIGUEIRA-CARDOSO, S.; GRZEGORCZYK, W.; MARÇALO, M. J. Línguas e direitos linguísticos em Portugal: um panorama da legislação vigente. *Confluência*. Rio de Janeiro, RJ, n. 68, p. 9-36, jan.-jun, 2025.

MARTINS, Cristina. Mirandês: estado da arte, produtos e projetos. *Mostra de Linguística. A Linguística em Portugal: estado da arte, projetos e produtos*. Reitoria da Universidade de Lisboa. Organização: Associação Portuguesa de Linguística. 27 de junho de 2006. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/45165>

MARTINS, C.; RODRIGUES, S. Capital tradutológico e defesa da língua mirandesa. In: BAUTISTA, A. G.; MOUTINHO, L. C.; COIMBRA, R. L. *Ecolinguismo e línguas minoritárias*, 1ª ed. Aveiro: UA Editora, 2017, p. 185-222.

PASIKOWSKA-SCHNASS, Magdalena. *Regional and minority languages in the European Union*. European Parliamentary Research Service. Member's Research Service. Briefing. September 2016. <https://www.europarl.europa.eu/EPRS/EPRS-Briefing-589794-Regional-minority-languages-EU-FINAL.pdf>

PONSO, Leticia Cao. Situação minoritária, população minorizada, língua menor: uma reflexão sobre a valoração do estatuto das línguas na situação de contato linguístico. *Gragoatá*, Niterói, v.22, n. 42, p. 184-207, jan.-abr. 2017.

RAJAGOPALAN, K. Política linguística: do que é que se trata, afinal? In: NICOLAIDES, C. et al. (org.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 19-42.

TERRA DE MIRANDA: uma língua, o mirandês, e seus autores-tradutores [por] Alfredo Cameirão, 2024. 1 vídeo (1:17:29). Publicado pelo canal da Casa de Leitura Dirce Cortes Riedel. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=AjAtmR3UtAo&t=178s>

VASCONCELOS, J. L. *O Dialecto Mirandês*. Lisboa: Revista Lusitana, 1882.

VASCONCELOS, J. L. *Estudos de Filologia Mirandesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900-1901.

VASCONCELOS, J. L. *Filologia Barranquenha*. Apontamentos para o seu estudo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1955.